



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



Mentalidade Democrática e Educação na Seara Nova e na obra de António Sérgio

MARIA MOTA

Fundação para a Ciência e Tecnologia - mariam@bragatel.pt

Resumo:

O objectivo deste trabalho prende-se com uma abordagem à problemática da reforma das mentalidades em Portugal, tal como foi colocada pelos intelectuais ligados à Seara Nova, durante as primeiras décadas do século XX. A primeira parte do trabalho incide sobre o papel protagonizado pelo grupo e o seu porta-voz, a revista Seara Nova, durante os últimos anos da I República, desde a criação do grupo em 1921 até 1926, anos que corresponderam também aos de maior intervenção cívica do grupo. Serviram-nos de textos de investigação, uma série de artigos divididos em várias secções (programa político, pensamento pedagógico, pensamento económico, doutrina política, entre outros), incluídos numa antologia organizada e prefaciada por Sottomayor Cardia e editada pela primeira vez na Seara Nova no ano de 1971, para celebrar os 50 anos de existência da revista. Tendo em atenção a importância primacial atribuída à reforma das mentalidades pelo grupo achamos também pertinente proceder ao estudo da problemática da história portuguesa e da educação através de algumas obras de António Sérgio, um dos intelectuais mais activos dentro do movimento, dado que a reforma do ensino e a divulgação de novas directrizes pedagógicas eram para estes intelectuais meios essenciais para a regeneração económica e social do país.

Palavras-chave:

Educação, mentalidades, cidadania, democracia.

Enquadramento histórico: a I República

Desde os fins do século XIX, Portugal viu-se confrontado com problemas de cultura e de identidade face ao panorama europeu. A urgência da modernização que se impunha ao país, para além dos problemas económicos e financeiros, exigia também a transformação das mentalidades do povo português, tradicionalmente rural e conservador. A necessidade sentida, especialmente, nos meios urbanos de alteração do regime, cifrou-se numa maior adesão ao Partido Republicano e surgiu em circunstâncias históricas precisas: o Ultimato, a necessidade de preservar o Império e a consciência de que o país estava à beira da bancarrota. As classes mais desprotegidas abandonavam o país emigrando. Ezequiel de Campos, reputado engenheiro e economista, definia esta emigração como a derrocada da grei. Para Brito Camacho a emigração portuguesa era um

fenómeno patológico porquanto não havia excesso de população e os incultos susceptíveis de cultura representavam uma área de milhões de hectares.(Camacho, 1937: 155-157).

A maior parte dos adeptos do regime liberal e burguês, implantado em 5 de Outubro de 1910, pertencia à classe média: funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes, agricultores, industriais e membros das profissões liberais. Também deram crédito à República muitos sectores do operariado urbano, sobretudo os membros das organizações sindicais que aderiram à República esperando ver solucionados os seus problemas. Quanto às massas rurais, despolitizadas e apáticas, acreditavam os Republicanos que atraídos os caciques para o lado da República, os pequenos lavradores e jornaleiros viriam atrás. O clero foi talvez o grupo social mais duramente atingido dado que a Lei de Separação do Estado e da Igreja, pedra angular do edifício jurídico da República, levou à secularização dos seus bens eclesiásticos e agravou o problema cultural e político criado pela ruptura entre os poderes temporal e espiritual.

O democratismo republicano delimitou-se das correntes socialistas e polarizou a sua acção política e actividade legislativa na luta política e ideológica, centrando-se na questão do regime e buscando na transformação da mentalidade tradicional - a passagem de uma mentalidade monárquica e clerical, a uma outra, republicana e laica, defensora dos interesses da burguesia - a sua legitimação no poder. Segundo a filosofia da história dos republicanos, de cariz positivista, a república era a forma política exigida pela sociedade moderna e a única capaz de regenerar a nação portuguesa. Coerentes com o idealismo filosófico da época, preconizavam a reforma das mentalidades e da moralidade que seria levada a cabo pela legislação e pela educação, e que como resultado lógico e natural acarretaria de per si as necessárias modificações económicas e sociais. As questões prioritárias do novo regime tendiam à secularização das estruturas ideológicas que legitimavam o poder das burguesias urbanas e defendiam os interesses dos grupos sociais mais directamente ligados ao capitalismo comercial e financeiro. A questão da luta de classes era sentida como um sintoma de egoísmo que deveria ser contrariada pela ética social¹. Para os republicanos havia uma mútua dependência entre as classes e uma hierarquia recíproca que não deveria ser contrariada. Daí que as suas únicas reivindicações incidissem na questão do regime, na completa separação da Igreja e do Estado e na institucionalização do ensino público obrigatório, que aliás não passou do papel, pois na prática os resultados alcançados foram francamente insuficientes e insatisfatórios. A igualdade prevista pelos republicanos não passou de uma mera formalidade jurídica e a mudança do regime agravou a situação financeira, com o aumento dos servidores do Estado e com o esforço por este feito para satisfazer as carências do poder local. Falando não em nome de uma classe ou classes mas de todo o povo, implicitamente, estava justificada a desigualdade social de facto. O republicanismo não alterou a estrutura da sociedade portuguesa nem trouxe uma modificação significativa das práticas políticas. A demagogia, a ausência de reformas estruturais, o clientelismo, a corrupção e venalidade continuavam existindo nas práticas políticas do novo regime como no tempo da monarquia constitucional.

Com a I Guerra as revoluções burguesas deixaram de fazer sentido e os interesses militaristas e colonialistas tornaram-se o principal objecto de actuação dos governos em detrimento dos interesses sociais, postergados para segundo plano. Mesmo a entrada de Portugal na Grande Guerra, em teoria em defesa da Nação, no fundo, serviu igualmente os interesses coloniais de alguns potentados económicos, estreitamente ligados à política económica internacional: banqueiros, grandes comerciantes e industriais. A Primeira República, burguesa e parlamentar, acabou por

¹ Teófilo Braga foi um dos ideólogos republicanos que, influenciado por Comte, defendia a associação de classes como forma de contrariar o egoísmo social.

afastar do seu projecto as massas operárias e camponesas. A luta de classes acentuou-se dentro da República, o descontentamento social e as greves aumentaram.

Se os republicanos acreditaram, de acordo com a filosofia comtiana, que a república estava inscrita na lei da história, na medida em que significava o pleno advento do estado positivo, por volta dos anos 20, já ninguém acreditava no ideário positivista de um progresso inelutável; o positivismo como ciência que fornecia os instrumentos conceptuais conducentes à organização racional da sociedade tinha perdido credibilidade. Extremavam-se agora dois polos ideológicos distintos: um marxista e internacional liderado pela recém-criada União Soviética, cujo acento tónico era posto nas questões de classe e um outro de matriz nacionalista, que punha a tónica na família e na pátria, defendido em França pela *Action Française* e por Charles Maurras.²

A formação do grupo Seara Nova: antecedentes e condicionalismos

Nos inícios do século XX, a vida cultural portuguesa exibia sobretudo expressão literária e centrava-se fundamentalmente em torno de algumas revistas. Tanto a *Seara Nova*, como já anteriormente, o movimento da *Renascença Portuguesa*, tinham implícitas no âmago da sua criação, a idéia de decadência e de regeneração, como aliás transparecia nos próprios títulos dessas publicações. Do movimento da *Renascença Portuguesa*, fundado no Porto em 1912, faziam parte o jornalista Raul Proença, o médico Jaime Cortesão, que iremos encontrar em 1921, na origem do movimento da *Seara Nova* e o antigo oficial da marinha, António Sérgio que fará parte da direcção a partir de 1923. Cedo estes elementos se incompatibilizaram com a orientação imprimida à *Renascença* pelo poeta Teixeira de Pascoaes e a relevância atribuída ao saudosismo para o renascimento da nação, o que os conduziu ao afastamento do grupo.

Em Abril de 1914, surgiu em Coimbra, a revista *Alma Portuguesa*, órgão do *Integralismo Lusitano*, movimento liderado por António Sardinha, que começando nas hostes republicanas acabou por se identificar com a monarquia. Segundo António Sardinha este movimento constituía um movimento de "renovação intelectual", que se opunha aos preconceitos ideológicos republicanos da geração anterior. Esta ofensiva antidemocrática tinha como paradigma intelectual a França onde as elites bem pensantes já não se reconheciam como racionalistas e anticlericais e guiavam-se pelos princípios maurrasianos e da *Action Française*.³

Tanto o movimento da *Renascença Portuguesa* como o *Integralismo Lusitano* foram tentativas de regeneração e de resolução dos problemas colocados pela contínua e progressiva deterioração da vida política e parlamentar. Uma outra tentativa de renovação da vida política nacional partiu do grupo *Seara Nova*, fundado em 1921, no rescaldo da liquidação do sidonismo e das tentativas de restauração monárquica. Para este grupo a educação era fundamental e eram urgentes as reformas pedagógicas e cívicas que devolveriam ao regime a sua pureza de ideais. Esta corrente de ideias teve como defensores vários homens de letras, na sua maioria republicanos, que aspiravam a uma República acima dos partidos e orientada por uma elite consciente e por uma opinião pública bem conduzida e esclarecida. Formar essa opinião pública foi um dos desígnios do grupo, de acordo com os seus princípios idealistas, de que os grandes movimentos geravam-se primeiro nos espíritos e só

² Segundo Rui Ramos, "Durante cem anos quase toda a gente, mesmo os mais conservadores, se habituaram a aceitar a revolução de 1789 como um ponto de não retorno, a pensar que os direitos do indivíduo tinham de ser a base de qualquer regime político e que o indivíduo podia e devia reformular a sociedade, segundo um plano racional que garantisse a realização de uma sociedade perfeita na Terra. Charles Maurras e os outros teóricos da *Action Française* vieram desfazer estas ilusões. (...) Através do estudo dos factos da etnologia, da psicologia colectiva, da história pensavam ter demonstrado cientificamente que a humanidade tinha sido feita para viver em comunidades sujeitas a costumes e leis que fossem o resultado não dos caprichos dos indivíduos, mas da própria vida em comum através da história. A este modo de vida chamavam o "governo dos mortos", isto é, o governo das tradições." (Ramos, 1994: 542).

³ António Sérgio ridicularizou em muitas das suas páginas ensaísticas este nacionalismo pedido de empréstimo pelos integralistas que papagueavam as excelências do espírito nacional pela cartilha das obras francesas.

depois teriam a sua correspondente acção no mundo da política. Esta renovação passaria em primeiro lugar, nas palavras de Proença, ainda em 1911, pela transformação das mentalidades e pela criação de uma opinião pública esclarecida: "porque não se resolvem problemas *novos* com uma mentalidade *antiga*". "Que fazer então? Pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual, sem perder nunca de vista, já se sabe o ponto de vista nacional, os recursos e os fins nacionais. Temos de aplicar a nós mesmos, por nossa conta, esse espírito do nosso tempo, de que temos estado tão absolutamente alheados. Os problemas são variadíssimos: educativos, económicos, morais, literários, artísticos, financeiros, militares, coloniais". E enumera a seguir os meios a utilizar: "A escola, o livro, a revista, o panfleto, o manifesto, a conferência, a exposição, o inquérito, a viagem de informação e de estudo - tais são os meios que temos ao nosso alcance. Por eles diligenciaremos criar em Portugal estas duas coisas absolutamente novas: uma elite consciente, uma opinião pública esclarecida." (Sá, 1978:84,85).

A criação em Portugal de uma 'elite consciente' e de 'uma opinião pública esclarecida', era também o objectivo de Sérgio, em 1918, ao lançar a revista *Pela Grei*. O seu cabeçalho exprimia este desidério: *Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de Uma Opinião Pública Consciente*. A revista continha já algumas das orientações que seriam mais tarde as da *Seara Nova* e da qual salientamos pela sua importância, a ideia de que a emancipação do povo só podia ser realizada pelo próprio povo.⁴

Os intelectuais ligados ao "Grupo da Biblioteca" e que estão na origem do grupo *Seara Nova*, seguiram durante vários anos percursos paralelos embora separados. António Sérgio tinha sido oficial da marinha e realizara frequentes viagens: Rio de Janeiro, Nice, Genebra, dividindo o seu tempo entre estas cidades e Lisboa, o que certamente contribuiu para a defesa do universalismo e do cosmopolitismo, que sempre assumiu. Cortesão era professor liceal e jornalista no Porto e tinha sido nomeado para o cargo de director da Biblioteca Nacional em 1919, por sugestão do seu amigo, Leonardo Coimbra, então, ministro da Instrução. Raul Proença continuava a escrever artigos de opinião nos jornais de Lisboa e como funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa realizou uma obra importante no campo da arquivística.

Formou-se em torno de Cortesão e Proença o chamado "Grupo da Biblioteca", que reunia elementos conhecidos da cultura portuguesa: professores, intelectuais, jornalistas que frequentavam a Biblioteca e lutavam por uma maior dignificação da vida política nacional. Entre eles contavam-se o professor Luís da Câmara Reys, os escritores Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, José Rodrigues Miguéis e o pedagogo Faria de Vasconcelos, entre outros. Uma das obras mais interessantes realizada pelo grupo foi a redacção do "Guia de Portugal", roteiro histórico, literário e artístico do país. Ao grupo inicial da Biblioteca Nacional, Raul Proença, Jaime Cortesão, Câmara Reys, entre outros, juntaram-se alguns novos elementos: o engenheiro e economista Ezequiel de Campos e o ensaísta António Sérgio, regressado do Brasil em 1923.

As diferentes personalidades e sensibilidades que estavam na origem da formação da revista criaram um ideário político alargado e abrangente. Sob a designação de *Seara Nova* descortinavam-se três realidades que não se confundiam: (i) o grupo em si, (ii) a revista, veículo ideológico do grupo e (iii) a empresa de publicidade, que consideramos um sintoma da modernidade dos escopos do grupo, que sempre se assumiu como grupo de propaganda, em sintonia com a época, reflectindo o

⁴ No entanto, o poder autoritário esclarecido e temporariamente aplicado exercia nesta fase da vida política portuguesa uma grande atracção, no pensamento de Sérgio. Não por acaso, em 1917, esteve do lado da ditadura presidencialista de Sidónio Pais. Para ele eram as elites e não as massas o "motor" da História e às elites competia formar e conduzir a opinião pública. Só depois do golpe militar contra-revolucionário de 1926 é que António Sérgio passou a adoptar uma atitude firme contra o autoritarismo político.

peso crescente dos meios de comunicação social e a conquista de novos públicos, sobretudo urbanos.⁵

Aquilino Ribeiro e Câmara Reis foram responsáveis pela opção da expressão *Seara Nova*, que coincidia com o objectivo do grupo de transformação da sociedade portuguesa. O primeiro número da revista saiu em 15 de Outubro de 1921. Como estava aí explícito, neste número inaugural, os objectivos fundamentais da *Seara Nova* prendiam-se com a renovação da mentalidade da elite portuguesa através da apresentação de soluções para a crise nacional e, concomitantemente, a criação de uma opinião pública informada que apoiasse as reformas necessárias e a formação, acima das nacionalidades, de uma consciência internacional que se opusesse às lutas fratricidas entre os povos. Diferentemente dos políticos, técnicos do poder, que geriam imagens e manipulavam anseios, os intelectuais, os teóricos do poder, assumiam-se como críticos das ideias e dos factos e da sua relação e propunham novas rotas e caminhos pautados pelo racionalismo e pelo humanismo universalista.

A publicação do primeiro número da revista coincidiu com a eclosão do movimento revolucionário do 19 de Outubro e não faltou quem visse uma relação entre os dois factos.⁶ Ora, sobre as suas ambições políticas, os seareiros, logo num dos seus primeiros números, atentos mas distanciados, lograram esclarecer o seu público que: "Não somos, em primeiro lugar, um partido político porque a nossa acção não pretende limitar-se à simples esfera política. Para além dela vemos toda a vida da Nação nas suas actividades essenciais; e à renovação dessas actividades nos consagramos. (...) Simples função de correlação, a função política não pode ser a única que haja a modificar e corrigir. Há, pois, que agir sobre todos os tecidos do corpo colectivo, que modificar todas as funções desse corpo. E sobretudo modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma função directiva: numa palavra, quer reformar a estrutura espiritual, a forma de mentalidade da elite portuguesa, tão certo é que têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus piores inimigos".⁷

O empenhamento distanciado e a publicitação do seu ideário constituíam para eles armas essenciais no seu combate ao decadentismo cultural português; contra as vicissitudes da acção, necessariamente apaixonada, queriam erguer com clareza causas nacionais, não se subordinando ou comprometendo com as realidades sociais e partidárias em confronto. Consideravam apenas que conhecendo bem as tradições culturais do seu povo, não ignorando os diferentes laços que uniam os povos entre si, podiam inflectir e orientar positivamente o debate político. Nos inícios dos anos 20, António Sérgio viu publicado o primeiro volume dos *Ensaíos*, onde explicitou muitas das suas ideias políticas, filosóficas e pedagógicas que foram mais tarde adoptadas e divulgadas pelos seareiros. Para Sérgio, a República não tinha resolvido os problemas básicos dos portugueses: o problema económico-social e o problema cultural. Segundo ele, jacobinos e pequeno-burgueses, os republicanos se tinham convencido de que pelo simples facto de terem implantado a República e publicado a Lei de Separação da Igreja e do Estado, todos os problemas dos portugueses ficariam milagrosamente resolvidos, o que não sucedeu. Pelo contrário a agitação social deflagrou e os partidos republicanos divididos entre si eram incapazes de encontrar uma orientação política comum.

⁵ Na *Seara* os diferentes espaços dividiam-se entre os artigos de doutrina e crítica, em que avultavam os nomes de António Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão; os artigos de pedagogia escritos por Faria de Vasconcelos; os escritos de economia e finanças elaborados por Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus; os artigos sobre literatura de autoria de Aquilino Ribeiro, Raul Brandão e José Rodrigues Miguéis.

⁶ No dia 19 de Outubro de 1921 um grupo de oficiais da Marinha e da Guarda Republicana resolveu sanear a República de todos os elementos considerados culpados pelo estado do país. Foram assassinados entre outros, José Carlos da Maia, Machado dos Santos e António Granjo. Este acontecimento provocou uma grande comoção a nível nacional.

⁷ Raul Proença, 'Porque não somos um partido político', *Seara Nova*, nº 2, 5/XI/21.

No número 12 da revista *Seara Nova*, em Abril de 1922, era apresentado ao país, um "Programa Mínimo de Salvação Pública" onde se enunciavam 12 medidas que se referiam explicitamente à política económica, colonial e educativa. Pretendia-se como solução para a crise nacional a constituição de um governo de competências, quaisquer que fossem a origem partidária dos seus elementos. Nesse programa, preconizavam os seareiros, entre muitas outras medidas, a gratuidade do ensino primário e secundário, a concessão de bolsas de estudo aos alunos mais capazes e com menor poder económico e a organização eficaz de obras de assistência escolar.

A situação era de tal forma grave que, em 1923, a revista publicava o libelo "Apelo à Nação" que se dividia em duas partes, uma de diagnóstico da situação nacional e outra de constituição de um governo com um vasto programa de reformas. Este governo devia revestir-se de poderes amplos e excepcionais para poder concretizar as medidas preconizadas. A ideia de ditadura não era rejeitada, desde que transitória e progressista.⁸ Ainda em 1923, integralistas e seareiros alimentaram o projecto de uma revista defensora dos supremos valores nacionais, a revista *Homens Livres*. Do cabeçalho constava significativamente "livres da finança e dos partidos". Num artigo, intitulado "Vivos e Mortos", António Sérgio sustentava que a grande linha divisória não se encontrava já entre monárquicos e republicanos mas entre aqueles que tinham em relação à política uma intenção reformadora, em suma uma nova orientação e um novo espírito. Para ele acima dos partidos e dos regimes encontrava-se a Grei - a afirmação de uma ideia nacional. Saíram apenas dois números. Este projecto de aproximação da família política lusitana não teve continuidade. Apesar da semelhança de algumas posições, o espírito de pertença de grupo apartava os homens entre si. Nos finais de 1923, o governo de Álvaro de Castro convidou para o ministério alguns elementos ligados à *Seara Nova*. Sérgio ficaria com a pasta da Instrução e Mário de Azevedo Gomes com a da agricultura. Foi breve a experiência governativa: durou dois meses apenas. No Parlamento, os republicanos, ressentidos com as críticas dos seareiros inviabilizaram as suas reformas.

Durante e após a ditadura militar, o exílio de alguns dos seus elementos e a censura, retirou à publicação, a sua principal característica, a de ser uma tribuna, onde era avaliada a actuação dos nossos políticos e a situação geral do país. Após 1927, durante os anos trinta, António Sérgio aí desempenhou um papel fundamental e a orientação principal desta publicação foi reconvertida em função da nova realidade política, na tentativa de restauração da democracia.

Controversa, a *Seara Nova* procurou dar uma visão total da sociedade portuguesa com especialistas nas diferentes matérias, desde a economia à sociedade, criando admiradores e inimigos. Críticos da sociedade do seu tempo e comprometidos com o presente, os seareiros associaram a reflexão e a análise com a prática e a acção, tendo a coragem de elaborar projectos para o futuro que acabassem com as rotinas políticas e conduzissem a uma transformação das

⁸ Nos primeiros anos (1921-1926), podiam descortinar-se duas linhas ideológicas dentro da revista, uma liberal, ligada ao aprofundamento da democracia e à luta contra as oligarquias, em defesa das liberdades individuais e uma outra de tendência socializante, que incidia particularmente sobre a questão social. Segundo António Ventura "Se é certo que os seareiros procuravam captar as simpatias da burguesia esclarecida e empreendedora, não é menos verdade que privilegiaram o seu relacionamento com o operariado, o que foi reafirmado com insistência. Proença, na entrevista ao *Diário de Lisboa* de 17 de Setembro de 1921, considera como prioritária a 'intervenção directa com as classes trabalhadoras'. Cortesão vai mais longe ao afirmar que 'o movimento sindicalista exerce, ao contrário dos que muitos julgam, uma influência benéfica, e de carácter educativo nas restantes classes, contagiando-as.' (Ventura, 1989:20). No entanto, na luta renhida que encetaram contra a plutocracia e o partidarismo, estes intelectuais pactuaram com orientações políticas diversas, muitas vezes bem estranhas, nomeadamente, com o grupo dos integralistas. Inerente a esta atitude estava em primeiro lugar a consciência de que a situação do país era grave, os partidos de esquerda (Esquerda democrática, Partido Radical e Partido Socialista), não chegavam a acordo e, fundamentalmente, a consciência da superioridade das elites intelectuais, quer fossem de direita ou de esquerda sobre os políticos, técnicos do poder, pela maior parte incompetentes e corruptos, na opinião dos seareiros. A in quietação era geral face a uma sociedade imobilizada e que rapidamente perdia competitividade no panorama internacional. Não podemos perder de vista o contexto político português nos últimos anos da República: instabilidade governativa, descrédito das instituições e agitação social, factores que contribuíram para agravar o sentimento de insegurança e medo.

mentalidades: havia uma ortodoxia seareira - a prioridade da educação em relação a todos os outros aspectos da vida nacional.

O contributo cultural e político da revista para a formação das novas gerações foi enorme, constituindo o principal veículo de intervenção política e cultural por parte de sucessivos grupos de intelectuais de esquerda. Citando palavras de Sottomaior Cardia: "A *Seara Nova* veio a transformar-se no principal agrupamento doutrinário do tempo e dela saiu o mais importante contributo para o rejuvenescimento do pensamento democrático em Portugal"(Cardia, 1971:46). Acompanhando as transformações históricas, a revista foi evoluindo em matéria de ideologia. Ao longo dos seus quase sessenta anos de publicação por ela passaram várias gerações de colaboradores, com formação por vezes divergente, a maior parte ligados à política de oposição ao regime salazarista. Salientam-se os nomes de Álvaro Cunhal, Casais Monteiro, Lopes Cardoso, Sottomayor Cardia, José Tengarrinha, Henrique de Barros, Mário Soares, Salgado Zenha, Eduardo Prado Coelho, entre muitos outros.

Os intelectuais, a Opinião Pública e a Educação

A partir do séc. XVIII, os intelectuais, desempenharam um papel capital na vida política das nações europeias. Em nome dos ideais de justiça, de liberdade ou de progresso, assumiram, por vezes, o papel de profetas da nova era democrática. Eram as elites necessárias para a renovação da sociedade? Idealistas, tanto Sérgio como Proença, acreditavam que sim, que eram as ideias o motor da História e aos intelectuais cabia um importante papel cívico e político. Não por acaso, no dealbar do século passado, ambos lançaram polémicas famosas sobre os rumos e a integração de Portugal, imerso em atavismos ancestrais, num mundo em mudança acelerada. O seu objectivo era claro: informar, exercer um magistério intelectual, mudar a maneira de pensar dos contemporâneos. Entre os dois termos – os factores materiais e os culturais – situava-se para eles a liberdade humana e a opção ética. Sem educação, sem autocontrolo e disciplina e sem ideais orientadores e racionais, emanados por uma elite responsável e também ela autónoma, a democracia tornava-se impossível. À questão "Que é uma elite?", formulada pelo próprio Sérgio, ele responderá que "é a minoria dos melhores que estrutura uma nação, que a orienta e que a torna orgânica, que a inspira com o objectivo de se tornar dispensável, de preparar o povo para se governar por si próprio; que a norteia, em suma, não para o bem dessa minoria, mas para o benefício de todos nós, dando à sociedade muito mais do que dela recebe. Uma elite, como vedes, é o contrário de uma oligarquia. Uma oligarquia, essa, é a minoria dos graúdos piores, a qual manda num país... para quê? Para sempre o sacrificar aos seus interesses".(Sérgio, 1984-b:172).

Acima dos interesses e paixões individuais e grupais a razão estabelecia o ponto de união com a razão de todos os outros. Defensores do socialismo democrático, para eles o baluarte da democracia era de ordem racional, o domínio dos instintos pela razão, ou seja a autoridade da razão de cada um sobre si próprio, o self-govenment, que tornava o indivíduo apto para o exercício da cidadania. Valorizando o papel da razão e da opinião pública era evidente que sem polémica e livre discussão pública a democracia seria uma mera ilusão ou projecto demagógico. Para eles, o que fundamentalmente mudava numa sociedade democrática era a distância entre a elite e as massas, mediada pelos novos meios de captação da opinião pública. Apenas no espaço público a verdade poderia emergir, o que os levou à escrita de panfletos, conferências, artigos e mesmo à criação de revistas, como veículos de comunicação essenciais para a divulgação das suas ideias e a sua difusão no espaço da *polis*. Se aceitarmos a definição de Aristóteles de que o homem é um animal político, a tarefa de diminuir a barreira existente entre os intelectuais e o cidadão comum era essencial para o progresso da democracia, na medida em que esta se exerce na *polis* e pela *polis* e para a *polis*.

António Sérgio: a Articulação Filosófica entre a Interpretação Crítica da História Portuguesa e a Educação Nacional

António Sérgio representou no panorama intelectual português a tradição racionalista da herança cartesiana e iluminista. O seu pensamento adquiriu, pelo seu carácter polémico, incontestável influência na *intelligentzia* portuguesa e o próprio modo de ser português não escapou à sua pena contestatária. O cavaleiro da espada de pau, como ele próprio se designou, em carta a Teixeira de Pascaes (o arcanjo sonhador), esgrimia contra as particularidades lusitanas do saudosismo e do sentimentalismo, a dúvida metódica e a razão, categorias do universal. Sendo idealista, para ele, toda a perspectiva de reconstrução nacional deveria submeter-se ao imperialismo da razão moral. À desordenada realidade do concreto opunha ele o sujeito da razão constituinte e libertadora, que considerava superior à lógica dos sentimentos e das tradições multisseculares.

Segundo Magalhães-Vilhena “O que Sérgio quer significar por aquela máxima de ‘reforma da mentalidade’ não é, antes de mais, uma mera modificação no conteúdo das crenças, das convicções de cada um, e sim, em primeiro de tudo, na forma de pensamento dos homens. Quer dizer: a passagem da mentalidade a-crítica, dogmática e do absolutismo sectário para a ‘atitude de espírito indagadora e crítica, - para a do livre exame, para a da correcção incessante, para a da discussão aberta, para a da investigação contínua.”(Magalhães-Vilhena, 1975:107).⁹

Como intelectual Sérgio impôs-se a si próprio uma missão: dar um sentido para a reconstrução da Nação, buscando na história de Portugal, tal como a geração de 70 já o havia feito, a explicação para a decadência nacional. Ele não era um historiador no sentido estrito e limitado do termo, mas um educador, um “maitre-à-penser”. O seu escopo de pedagogo levava-o em História a interessar-se pela interpretação filosófica e sociológica dos factos em detrimento da informação erudita e cumulativa. O historicismo sergiano obedecia ao princípio de que a história de Portugal tinha um sentido e de que através da interpretação do passado se acedia à compreensão do presente e à construção do futuro.¹⁰ A dicotomia do solar e do nocturno, do bem e do mal norteava a sua crítica à história portuguesa. Segundo Eduardo Lourenço, Sérgio contribuiu para instaurar a cultura e a história nacional como mito. “Sérgio oferecia-nos a claridade sob a forma de um destino histórico que *devia* ter sido tal e tal coisa, mas que por decisão de tal ou tal grupo, por errada política de transporte, etc., em suma por uma tenebrosa série de acidentes irracionais, nos conduziu a esta situação ainda sem saída em que nos debatemos.” (Lourenço; 1992:172).

Na realidade, ao referir-se ao passado o que Sérgio pretendia era atingir a actuação dos seus contemporâneos.¹¹ Daí que os seus estudos históricos assumissem a forma de ensaios, género que melhor se adaptava ao escopo sergiano de valorização da atitude crítica. Como intelectual Sérgio repensou e problematizou a herança cultural que recebeu e inteligindo as relações entre os

⁹ No fundo, havia a consciência de que os tempos mudaram, e que as mentalidades não acompanharam essa transformação económica, social e política. As mentalidades, sabemos-lo, hoje, mudam só que muito mais lentamente.

¹⁰ Segundo Norberto Cunha: “Foi, portanto, em nome da razão crítica e da liberdade, do anti-dogmatismo e do inconformismo intelectuais, que António Sérgio combateu a historiografia positivista para quem a história era um corpo estranho ao historiador, com leis próprias fixando destinos que o homem podia conhecer mas não alterar -, resultado, afinal da extrapolação e aplicação de princípios e métodos das ciências naturais. Ora é contra esta determinação do futuro pelo passado, contra a imposição ao homem de um futuro por ele não escolhido que se insurge António Sérgio; e fá-lo em nome da autonomia da razão e da sua espontaneidade criadora, da dúvida metódica, do homem que conhece esse passado, que é por ele tiranizado e se encontra à sua mercê.”(Cunha: 1983:23)

¹¹ Para Sérgio Campos Matos: “na teoria da História sergiana da maturidade, não topamos a ideia de um futuro previsível ou sequer linear. Pelo contrário, pelo menos no plano gnosiológico, deparamos com uma atitude de resistência às teleologias da História mais correntes do seu tempo. Na verdade, em nome de um bem marcado racionalismo idealista e ético, António Sérgio foi dos primórdios da I República aos anos 50 um dos principais críticos do determinismo rático bem como do materialismo histórico – as teorias da História dominantes no seu tempo” (Matos; 2004:221).

fenómenos e acontecimentos do passado com o momento presente, o que procurava era desamarrar as amarras, partir em direcção ao futuro. O ensino da História desempenhava, assim, uma função instrumental pois devia conduzir à liberdade intelectual e sobretudo à modificação da mentalidade portuguesa, coarctada desde os tempos da Contra-Reforma. A aprendizagem histórica servia deste modo, para educar os portugueses e libertar o país do seu "determinismo" parasitário, a inércia anti-histórica em que a maior parte da população vivia, imersa em tradições multisseculares pouco consentâneas com o mundo contemporâneo industrializado.

Em 1923, aquando da organização do *Guia de Portugal* pelo "Grupo da Biblioteca", Sérgio tinha sido convidado a escrever uma introdução à história portuguesa. É esse estudo, mais alargado, que deu origem à obra: *Bosquejo da História de Portugal*, um estudo analítico sobre as causas do bloqueio e do isolamento político de Portugal na Europa.¹² O seu esforço de inteligibilidade da história pátria resultou num estudo crítico que contrapunha às interpretações de carácter rácico, as explicações de carácter sócio-económico e cultural.¹³

Em 1929, António Sérgio publicou no exílio a sua *História de Portugal*, proibida de circular em Portugal. Esta obra, mais tarde conhecida sob o título de *Breve Interpretação da História de Portugal* só foi publicada em 1972. A sua leitura não convinha à defesa dos valores então dominantes, que ensinava a História aos Portugueses, como uma longa sucessão de conquistas e descobertas, salientando o lado guerreiro e santo da missão de Portugal no mundo. Ora, para António Sérgio uma das causas que impediu o desenvolvimento do país foi a sua estrutura mental guerreira e religiosa que ao contrariar o desenvolvimento de uma burguesia poderosa, representou uma força de inércia que nem mesmo a instauração do liberalismo em Portugal, conseguira solucionar capazmente.

Para corrigir os males da nossa história e as dificuldades inerentes à condição de se ter nascido português, propunha António Sérgio um verdadeiro programa de reeducação nacional. Para ele as bases da democracia encontravam-se não nas instituições políticas mas na estrutura económica e na educação correspondente. Um novo regime de produção implicava uma reforma de ensino conducente à criação de uma nova mentalidade adequada à essa nova estrutura económico-social. Só poderia haver verdadeira democracia onde houvesse cidadãos participantes e críticos. Sérgio condenava um tipo de educação que formasse um indivíduo passivo e retórico. As necessidades da sociedade industrial não se compadeciam com este tipo de educação. A educação portuguesa destinava-se, segundo ele, a criar um viveiro de funcionários que custavam muito caro ao país, concordando com a opinião de Alexandre Herculano de que era necessário acabar com o país nominal, o país da burocracia, fabricado pelos partidos nas secretarias, o país dos funcionários e do

¹² A interpretação da história portuguesa em António Sérgio tinha uma dimensão eminentemente problemática e pragmática. Para António Sérgio, aquilo que ele designava pelo seu estrangeirismo correspondia à necessidade de quebrar o isolamento cultural do país e aproximá-lo de movimentos e métodos europeus que pudessem ser transpostos e ensaiados em Portugal. Para ele quanto mais evoluída fosse uma sociedade mais aberta estaria à influência estrangeira e à mistura de raças. Ele próprio praticou este exercício de distanciamento crítico, de estrangeirismo, e em várias ocasiões, «estagiou» fora de Portugal; salientamos apenas os anos de 1914 e de 1915, onde em companhia de sua mulher Luísa Sérgio, frequentou o Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genève. Sérgio estava bem informado sobre os diferentes modelos de educação que estavam a ser postos em prática na Europa e nos Estados Unidos e a sua passagem por este Instituto Pedagógico desempenhou papel de relevo na estruturação das suas ideias educativas e na defesa dos métodos pedagógicos activos. Trabalho e autonomia era uma divisa em voga no Instituto suíço. (Nóvoa e al, 1990).

¹³ Segundo António Sérgio a génese da nacionalidade e identidade política portuguesa, inscrevia-se duplamente na sua posição geográfica, aberta para o mar e na história europeia e aparecia inserida na ofensiva geral da Cristandade contra os territórios ocupados pelos infiéis. A periodização seguida por ele (em três épocas fundamentais), fazia sobressair os momentos mais significativos da história portuguesa: i) a organização da metrópole, que correspondia ao período da primeira dinastia; ii) as Descobertas e a subsequente decadência portuguesa; iii) as tentativas de reorganização da metrópole, que correspondia ao período liberal, após a independência do Brasil. A sua teoria da História Portuguesa baseava-se na teoria das duas políticas nacionais: a de Fixação (investimento e trabalho) e a do Transporte (comércio e colonialismo). Para António Sérgio a política de Fixação não impedia a do Transporte, pelo contrário, a actividade comercial só seria sólida se estivesse apoiada no desenvolvimento agrícola e industrial.

clientelismo partidário inventados nos clubs e nos jornais e voltar ao país real, o país das aldeias e das províncias. Educar em democracia era para ele, fundamentalmente, favorecer o desenvolvimento do espírito crítico, da autonomia e do cooperativismo. Utópico e algo libertário, segundo ele: “O esforço do povo, o vigor das cooperativas, são condições indispensáveis de uma democracia autêntica. Os povos conscientes fazem os bons governos; não são os governos que fazem os povos bons. Não esperemos nada dos senhores políticos: actuemos nós próprios constantemente, sem depender de ninguém. De baixo para cima” (Sérgio, 1948:29).

Para António Sérgio, o problema pedagógico não podia ser visto fora das relações com a vida económica e política e a educação para a produção (educação profissional) não podia dissociar-se da educação pela ciência e para a democracia. A definição corrente de alfabetizar era a de ensinar a ler, a escrever e a contar, ora a proposta de António Sérgio para a educação era muito mais radical. Dentro da sua pedagogia democrática, liberdade e iniciativa partiam ambas da mesma premissa: o self-government.¹⁴ Nas escolas deveriam criar-se condições para se desenvolver uma disciplina de carácter que, ao invés das tendências fantasistas, sentimentais e sonhadoras desenvolvesse a vontade criadora, a responsabilidade e o auto-domínio: “Uma carneirada escolar dá uma carneirada administrativa (...) mas se cada escola for uma cidade, um laboratório, uma oficina (...) o aluno ao sair (...) terá marcado o seu espírito à iniciativa produtora e virá a ser para a sociedade uma fonte de progresso.” (Sérgio, 1984-a:86).¹⁵ Para ele, o mais importante não eram os compêndios e programas, mas os métodos, o ambiente social em que a criança-aluno aprendia. A escola devia ter como objectivo maior preparar os educandos para o exercício dos seus direitos e a consciência dos seus deveres. Daí o seu combate pela instrução pública, e enquanto dirigente político, durante os breves meses em que foi ministro da educação bateu-se pela criação de uma Junta Propulsora dos Estudos Científicos que por meio de bolsas de estudo no estrangeiro preparasse um escol científico e pedagógico que transportasse para a cultura portuguesa um conjunto de teses e de ideias que se produziam nos centros de formação científica estrangeira. A solução não era, naturalmente, importar as ideias de fora sem critério ou discernimento, mas sim, sem preconceitos retrógrados, partir das necessidades do país para a implementação de experiências piloto no campo da educação. A sua proposta não chegou a ser discutida no Parlamento. Aliás, para ele o projecto educativo para avançar teria que ser precedido por uma reforma parlamentar.

¹⁴ A educação ética pela prática de um sistema de autonomia relativa e de solidariedade era o fundamento do self-government. Referindo-se à educação inglesa, baseada na disciplina do trabalho e da iniciativa, Sérgio valorizou o sentimento de responsabilidade, característica do seu sistema de ensino. O sistema monitorial tinha por objectivo a capacidade para o comando com o sentimento da responsabilidade. O objectivo era levar à modificação da atitude das crianças relativamente à autoridade escolar. A criança que assumia uma responsabilidade não era vigiada; o aluno tornava-se então agente educador ao mesmo tempo que educando, pois que era preciso exercer ascendente moral nos condiscipulos para se ser monitor de casa. Neste sistema tudo incitava o estudante à interiorização de procedimentos consentâneos com a vida escolar, dado que ninguém se podia revoltar contra uma autoridade por ele mesmo compartilhada. Cada aluno devia agir segundo o princípio kantiano de que a sua conduta devia servir de norma e exemplo. O papel do educador era levar a criança a construir os seus próprios princípios éticos e disciplinares, despertando no aluno interesse e indicando-lhe os meios de satisfazer esses interesses com esforço próprio e a maior liberdade possível.

¹⁵ O único remédio para a crise nacional seria então criar uma escola do trabalho e da autonomia -uma escola para a vida .A um professor catedrático que contrapunha a Sérgio a ideia de que educação e autonomia são ideias contraditória entre si, Sérgio respondeu-lhe que a sua noção de educação não era a de um ensino que modelava o aluno como o oleiro fabricava um pote. Sérgio partia antes da noção ampla de cultura no seu sentido etimológico de trabalho agrícola para situar a educação como processo orgânico e contínuo. Comparando o professor ao jardineiro que apenas elimina os obstáculos para que a “plantinha” cresça livremente, para ele a liberdade não era um dom exterior e a missão do educador-jardineiro deve ser a de facilitar a aprendizagem ao aluno “para que o possa exercer a pleno, dentro de si, o seu próprio esforço de libertação contínua, de superação de limites, de ascensão ao Espírito” e prossegue Sérgio: “Libertação; esforço espontâneo. Isto é: movimento, acto; marcha progressiva para a liberdade, avanço indefinido para o eu racional, para a dessubjectivação da consciência, para a vida unitiva...” (Sérgio, 1984-b:163).

Sérgio foi um defensor acérrimo da educação popular, ou seja, de massificação do ensino como condição prévia do ressurgimento nacional. A educação devia igualar ao máximo as condições externas da partida para todos os alunos embora não se pretendesse que atingissem todos no final as mesmas metas: António Sérgio não defendia a ideia de uma escola única. Após o período da educação primária deveria haver bifurcação, e os alunos seriam orientados segundo as suas aptidões para as escolas de continuação, ligadas à formação profissional, ou para os liceus, mais ligados aos estudos científicos e literários. Para António Sérgio a Escola de Continuação era o volante, o regulador do sistema de instrução pública. O ensino secundário e superior visava a formação de uma elite dirigente e devia ser acompanhado de elevado espírito de cidadania, mantendo-se sempre a ligação entre o sistema educativo e a condução dos negócios públicos. Para ele o recrutamento das elites dependia da amplitude de base da selecção. A democratização do acesso à escola era, assim, prioritário. O verdadeiro defeito da Educação para ele era que a “grandíssima maioria dos alunos bem dotados não chega aos níveis de ensino superior” e “os dirigentes, entre nós, recrutam-se num círculo resumidíssimo de famílias que possuem alguns meios, e sem uma sombra de selecção autêntica”, criticando, assim, “a pequenez do campo social donde parte a seiva para a nossa elite;”(Sérgio, 1934:19-24).

Para Sérgio educar era sobretudo transmitir valores e preparar os alunos para o ingresso na sociedade, daí a inseparável ligação entre o acto educativo e a formação profissional e cívica, entre a escola e a comunidade. Era a partir do contexto social que as aprendizagens deviam ser realizadas.¹⁶ A educação para a cidadania era baseado na produtividade social e profissional, em que o trabalho assumia uma dimensão colectiva e cooperativa. A sua proposta de renovação do ensino baseava-se na escola - município, formadora do cidadão e da escola de trabalho. Segundo ele a defesa do país dependia de que cada cidadão procedesse responsabilmente no lugar que lhe competia e a educação para a cidadania, promotora de autonomia e responsabilidade, era o único caminho para a construção de uma sociedade digna onde todos pudessem participar. Logo, era dever dos pedagogos familiarizar os alunos com a governação do município e que a escola recriasse o mais possível uma estrutura democrática da vida social, desenvolvendo o altruísmo e o bem geral como matéria de interesse próprio. A escola devia proporcionar ao aluno a experiência do desempenho de papéis sociais que promovessem a responsabilidade dos seus actos e decisões, fomentando também as relações de trabalho através da cooperação. Na escola, espécie de laboratório social criavam-se as condições para o desenvolvimento pleno das capacidades da criança, alicerçado no trabalho manual, científico e artístico. O estudo da especialidade não era descurado, dado que só um estudo especializado educava as faculdades lógicas, disciplinava o espírito e o carácter.

A intervenção no espaço público devia definir e clarificar o pensamento, assim como a intervenção do professor no espaço da sala de aula devia ter um papel eminentemente emancipador, partindo dos problemas com que se debatiam os alunos para uma problematização geral da sociedade e do conhecimento. A justiça na liberdade só era possível a partir da emancipação do indivíduo realizada através da educação e à escola democrática mais do que promover conhecimentos cabia facultar instrumentos de emancipação. Sérgio valorizava o espírito de missão ética ligado à função de educador, a relação entre educando e mestre nunca poderia ser baseada num fraudulento endoutrinação cujo objectivo principal seria sempre o domínio e a homogeneização quer fosse no espaço público quer fosse no espaço da sala de aula. A educação era também uma forma de relação entre os homens e não das menos ambíguas, onde se entreteciam

¹⁶ Segundo Sérgio, o sistema educativo não tinha interesse para muitos alunos porque os colocavam em situações artificiais. O enciclopedismo não satisfazia as necessidades da civilização moderna. O problema da educação era indissociável do problema da formação profissional e às escolas competia preparar os alunos neste sentido, o que os conduziria a uma maior integração social na vida da comunidade, independentemente da posição ocupada

continuamente o poder e o compromisso ético, a solidariedade e a confiança, o temor e o medo, a autenticidade e a demagogia..¹⁷ Ainda, em relação aos professores, para Sérgio, estes não deviam agir como funcionários públicos. Segundo ele, a ânsia geral de pertencer ao Estado traduzia-se numa aceitação hegemónica e tirânica do programa, o que era contrário à função da educação como ensino e aprendizagem da liberdade e desenvolvimento da atitude crítica. Ao educador cabia articular as heranças do passado com os projectos de futuro, o que volta a ligar a educação democrática à interpretação histórica e à atitude ética. Poderia a história portuguesa ter sido diferente? Movido por preocupações didácticas, para António Sérgio a História enquanto interpretação crítica do passado à luz dos problemas do presente era um instrumento fundamental de transformação da sociedade. Se uma sociedade tinha criado estruturas sociais e mentais de que se tornou prisioneira, então o esforço de todo o verdadeiro pensador seria demonstrar-lhe que o processo histórico não era determinista mas aberto ao devir e à alteridade. A “Grei” muito mais do que uma consciência nacional sedimentada no passado deveria ser um projecto para um futuro comum.

A problemática cultural em António Sérgio é claramente gnoseológica e ética. Dentro de uma perspectiva optimista inaugurada pelas Luzes, António Sérgio acreditava que havendo liberdade havia escolha, mas que nenhum progresso seria autêntico se não fosse acompanhado de uma efectiva responsabilidade moral. A liberdade era uma tensão permanente, radicada numa exigência intelectual total de fundo ético. Para ele a filosofia enquanto pensamento crítico deveria enquadrar as diferentes ciências, que facultam métodos, é verdade, mas não modelos do que é a verdade. Conhecer é sempre o acto de um sujeito concreto e para ele a percepção era já um acto mental, criação flexível e não reprodução chapada da realidade. Ensinar implicava, então, em primeiro lugar, ensinar a desconstruir as ideias feitas, as explicações prontas a usar e observar criticamente o ambiente em que estamos inseridos para melhor inteligirmos a nossa posição no tabuleiro de xadrez social e delinear os percursos e metas possíveis e humanamente tangíveis. Segundo ele educar significa “favorecer o crescimento da capacidade de racionalização, de espiritualização, de superação dos limites vários que confinam o indivíduo numa pátria ou grupo, numa localidade ou época, - habilitando-nos, portanto, a sermos educadores da sociedade: o fim da educação é ela própria, e um dos seus objectos, por isso o não deixar perder aos moços aquela plasticidade de inteligência, aquela vibratibilidade espiritual que os capacita para desenvolver-se”.(Sérgio, 1980:160).

Sobre o papel da ciência António Sérgio foi bem explícito “Que é a ciência positiva separada da moralidade senão uma forma superior de força, e mais perigosa que a força bruta, porque mais poderosa do que ela?” Em termos de educação António Sérgio considerava que Rousseau permanecia actual, apesar de todas as contradições do seu pensamento que ele muitas vezes criticou, referindo que o filósofo suíço “não crê que a ciência (...) possa fundar uma moral.” À absorção da ‘ciência pura’ Sérgio opunha uma “pedagogia da acção social, o conceito de trabalho, segundo linhas de cooperação”.(Sérgio, 1980: 110, 115,123).

Conclusão

O problema da Educação continua aberto em 2007. Acreditamos que a releitura de António Sérgio poderá ainda ser útil para todos aqueles que se interessam por estas questões. E com a generosidade que foi a sua de partilhar dúvidas, promover polémicas, suscitar debates, sempre metodicamente duvidando de tudo, como quem melhor se prepara para alicerçar as suas certezas e

¹⁷ Segundo José Esteves Pereira: “Na clarividente associação do âmbito pedagógico e político, o ‘melhor político como o melhor pedagogo, é aquele que trabalha por se tornar dispensável’ tanto quanto no plano mais concretizado da escola a liberdade do estudo deve conduzir o professor a estimular a curiosidade, ‘deixando ao interesse dos seus alunos o fazerem os estudos, muito a seu gosto, com plena iniciativa do seu próprio espírito e pelo uso constante e sistemático da investigação experimental”.(Pereira, 2004: 100).

convicções. E, mais que tudo o seu exemplo, o de alguém que lutou até ao fim por ideais, não por sentimentalismo ou revivalismo, mas pela legítima aspiração de tornar um bem de todos a dignidade que a condição humana também implica e, em contrapartida, a consciência do compromisso ético e necessária quota de responsabilidade social que tal dignidade exige.

Na contemporaneidade, a educação continua a ser fundamental para a construção do futuro da sociedade. A educação não é e não pode ser uma questão neutral. Está ligada às questões de justiça social e de democracia cultural, é local de compromissos éticos e políticos. A educação é também um projecto e um trajecto a ser construído em parceria com os diferentes agentes sociais, diz respeito a toda a sociedade, à família, à Escola, ao Estado e também aos meios de comunicação social, dado que se o essencial do ambiente social humano é ser um sistema de significações, os meios de comunicação são um dos grandes “fazedores de sentido” do mundo actual e não por acaso, a sociedade da informação trouxe ao campo da educação problemas e desafios novos.

Reivindicando, como não podíamos deixar de o fazer, alguns (muitos) aspectos da herança sergiana que passa, forçosamente, pela fidelidade e pela infidelidade, pelo respeito e pela crítica, não podemos deixar de admitir que os imperativos da cidadania quer seja nacional, europeia ou universal exigem de todos um esforço de inteligibilidade e de compromisso social. Atentos à imprevisibilidade do futuro e à sua inerente carga de perigosidade, consideramos que é importante equacionar de novo os problemas tão bem colocados pelos homens da *Seara Nova* e interrogarmo-nos sobre o nosso destino à luz de uma conjuntura inteiramente diversa: o 25 de Abril, o regresso de Portugal às suas raízes, a descolonização, a integração europeia e a globalização num sentido que dignifique a cultura portuguesa e a sua presença no mundo.

Bibliografia

- Camacho, Brito. (1937). *Questões Nacionais*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Cardia, Sottomayor, (Org., prefácio e notas), (1971). *Seara Nova, Antologia, Pela Reforma da República, 1921 - 1926*, 2 vols., Lisboa: Seara Nova.
- Catroga, Fernando, (1977). ‘*Os Inícios do Positivismo em Portugal, O seu Significado Político-Social*’, Separata da *Revista de História das Idéias*, vol. 1, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- Cunha, Norberto (1983). ‘Conhecimento e História em António Sérgio’ in *Gil Vicente*, nºs 13 /14, 3ª série, Guimarães, 1983.
- Lourenço, Eduardo (1992), *O Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Magalhães-Vilhena, Vasco de (1975), *António Sérgio, O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, Lisboa: Ed. Cosmos.
- Matos, Sérgio Matos (2004) ‘António Sérgio na Cultura Histórica Portuguesa’, *Actas do Colóquio realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa*, 2º vol., Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp 199-225.
- Nóvoa, António, Hameline, Daniel (1990). ‘Autobiografia Inédita de António Sérgio, escrita aos 32 anos no Livre d’Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genève)’, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, Fev. 1990, pp. 141-147.
- Pereira, José Esteves (2004), ‘António Sérgio, político. A ideia de democracia’, *Actas do Colóquio realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa*, 2º vol., Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 87-101.

- Ramos, Rui (1994). 'A Segunda Fundação (1890-1926)', Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol VI, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sá, Victor de (1978), *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Sá, Victor de (1979). *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Saraiva, José António e Silva, Vicente Jorge (1976). *O 25 de Abril Visto da História, Do 25 de Abril às Presidenciais. Falando do séc. XIX, da República, de Salazar*, Lisboa: Livraria Bertrand.
- Sérgio, António (1975). *Antologia dos Economistas portugueses: Séc. XVII*, Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Sérgio, António (1934). *Aspectos do problema pedagógico em Portugal*, Conferência realizada na Sociedade de Geografia em 22 de Junho, Lisboa: Sociedade de Geografia. Sérgio, António (1976).
- Sérgio, António (1972). *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Sérgio, António (1948). *Confissões de um Cooperativista*, Conferência na Caixa Económica Operária em Princípios de 1948, Lisboa: Ed. Inquérito.
- Sérgio, António (1984-a). *Educação Cívica*, (Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Sérgio, António (1980). *Obras Completas, Ensaios*, tomo 1, 3ª ed., Lisboa: Ed. Sá da Costa.
- António Sérgio (1984-b), *Uma Antologia*, (selecção, introdução e notas de Joel Serrão), Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1990). 'A Primeira República (1910-1926)', *História de Portugal*, vol. XII, Editorial Verbo.
- Serrão, Joel (1989). 'Seara Nova' in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5, Porto: Figueirinhas.
- Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado e Catroga, Fernando(1996). *História da História em Portugal*, sécs. XIX e XX, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ventura, António (1989). *O Imaginário Seareiro, Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.